



1627 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)  
Eixo Temático 08 - Educação Superior

Análise dos trabalhos publicados no GT 11 - Política da Educação Superior? da ANPEd: Formação dos pesquisadores e recorrência de publicações nos eixos temáticos

Thales Fellipe Guill - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada no mestrado acadêmico em educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, o qual possui o objetivo analisar quais os principais enfoques temáticos dos trabalhos apresentados no GT-11 (2010-2015) da ANPEd bem como a formação desses autores. O estudo teve como norte a metodologia histórico-crítica, o que permitiu fazer tensionamento sobre o tema e problema investigados. A pesquisa se deu de forma documental e bibliográfica. A importância desse trabalho se revela ao observarmos o grande número de trabalhos apresentados durante as reuniões do GT e o fato desses documentos nunca terem passado por nenhuma meta-análise para averiguar suas abordagens e possíveis contribuições para com a pesquisa em Educação Superior. Os resultados encontrados apontam para uma discussão centrada nas "políticas de formação de profissionais na educação superior", "democratização da educação", seguidas de perto pela temática "currículo e processos educacionais", bem como "Avaliação e regulação da Ed. Superior". Quanto a formação dos pesquisadores, cerca de 87% dos currículos analisados apontam pelo menos uma formação *strictu sensu* na área da Educação.

Palavras-Chave: Educação Superior. ANPEd. Produção Científica.

Os nossos critérios de seleção foram coletar os dados apresentados no período entre 2010 e 2015 para construir os eixos temáticos. Após a leitura de todos os trabalhos, fizemos uma ementa referente a cada eixo temático, destacando os principais assuntos. Foram 7 (sete) eixos temáticos:

- a) **Políticas de Educação Superior e Formação de Profissionais de Educação Superior.** Ementa: Políticas de Educação Superior; Políticas de Formação de profissionais; Pedagogia Universitária; Trabalho docente; Processos Educacionais e Formação de Professores.
- b) **Currículo e Processos Educacionais:** Ementa: Educação Geral; Componentes Acadêmicos e Profissionalizantes; Políticas de acesso e permanência; Orientação; Questões Socioeconômicas; Integração Estudantil; Vivência acadêmica estudantil.
- c) **Avaliação e Regulação da Educação Superior.** Ementa: Avaliação; Autoavaliação; Educação e Controle; Legislação Educacional; Avaliação em Larga Escala; Avaliação Institucional.
- d) **Educação Superior e Internacionalização.** Ementa: Internacionalização; Globalização e Educação Superior; Impactos da Reforma da Educação Superior Europeia nas demais universidades do mundo.
- e) **Educação Superior e Produção do Conhecimento:** Diferentes formas de Produção do Conhecimento; Posicionamentos Epistemológicos; Inovações; Tecnologias e Educação; Parâmetros Epistemológicos na Modernidade e Pós-Modernidade.
- f) **Financiamento da Educação Superior:** Ementa: Fontes e recursos públicos para a educação; Financiamento da Educação Superior; Políticas de financiamento da Educação Superior; Gestão de recursos.
- g) **Políticas e Democratização da Educação Superior.** Ementa: Prouni; Cotas; conceitos e concepções de universidade; democratização do acesso; gestão democrática; igualdade de oportunidade.

Destacados eixos passamos a contextualizar cada um deles na sequência.

#### **A) Políticas de Educação Superior e Formação de Profissionais de Educação Superior**

Este é um dos eixos mais populares no GT Políticas de Educação Superior. É o que possui um expressivo número de trabalhos direcionados às políticas públicas e a formação de pesquisadores e professores.

As temáticas aqui elencadas são bem variadas. Os trabalhos passam por discussões desde o contexto que leva a formulação das políticas, passando por textos que fazem um balanço teórico dos materiais trabalhados, a formação de professores em âmbito internacional e como isso tem influenciado as políticas nacionais, bem como as ações futuras inscritas no PNE.

As políticas públicas que dizem respeito a educação acompanham as diretrizes dos governos e suas respectivas ideias sobre como alinhar o desenvolvimento da educação nacional com os modelos internacionais, principalmente a partir da década de 1990, conforme comenta Hostins (2011, p. 1)

O movimento, de largo espectro, de reformas e políticas na Educação, inaugurado na década de 1990 e consolidado nesse início de século, no Brasil, gerou impactos no horizonte educacional brasileiro e preocupações por parte da comunidade científica e acadêmica. A pós-graduação não se mantém alheia a esse movimento e dele participa instaurando debates e pesquisas em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, nos níveis analíticos que circulam entre as abordagens macro situacionais e micro situacionais, qualitativas e quantitativas.

Portanto a educação superior vem sendo alterada constantemente no decorrer dos anos para se alinhar com a política de globalização e

mundialização do capital financeiro. Políticas ligadas a ideologia neoliberal tem sido cada vez mais frequente e alvo central dos maiores críticos intelectuais da atualidade.

A necessidade e importância desses trabalhos que visam conjecturar sobre a qualidade das políticas públicas idealizadas afim de atender as demandas latentes deriva de fatores, tais como as exigências e pressões internacionais para regulamentação e padronização da educação superior, mas principalmente para que possamos avaliar se essas políticas públicas estão sendo formuladas levando em consideração a desigualdade social que impera no Brasil bem como seus problemas estruturais históricos. Para Maués e Souza (2013, p. 1)

A educação superior no Brasil tem um dos menores índices de matrícula da América Latina. A Argentina, Bolívia, Chile e Panamá tem uma taxa bruta de matrícula superior a 40%. O Censo da Educação Superior 2011, publicado pelo INEP, indica que esse índice em 2010, no caso brasileiro, era 27,8% para a taxa bruta e 14,6% para a taxa líquida.

Alinhado a nova ordem neoliberal e ao capital financeiro o governo aprova a LDB/1996 afim de alavancar o projeto de restauração conservadora idealizada pelos organismos internacionais e suas diretrizes. Corsetti e Waismann explicam que “as alterações no subsistema do ensino superior foram feitas a partir das recomendações do Banco Mundial” sendo que para este a formação de recursos humanos qualificados e profissionais habilitados é “a principal função das Instituições de Ensino Superior (IES)” capazes de participar do processo de “desenvolvimento, adaptação e difusão das inovações” em âmbito nacional. (2013, p. 1)

Portanto, o Banco Mundial influencia diretamente na formulação das diretrizes do sistema de educação, não apenas no Brasil, mas de forma global. O principal foco dessa reformulação é a mercantilização da ciência e para que os profissionais formados venham a atender os interesses do capital global, seja por meio da pesquisa e criação de novas patentes, ou pela simples destinação dos recém-formados a um exército de reserva que traz como consequência a queda na remuneração dos profissionais e maior possibilidade de exploração da mão de obra.

Esse efeito pode ser visualizado durante a pesquisa de Corsetti e Waismann (2013) a qual demonstra que durante os anos de 1995 e 2010, houve um aumento significativo tanto dos vínculos com ensino superior (383%), número de concluintes (337%) e também o próprio PIB (179%) do país. Porém na contramão desses números, temos a remuneração por profissional docente, que manifesta uma queda de 27%, passando de R\$ 7.127,01 em 1995 para R\$ 4.482,22 em 2010.

Dessa forma a formação em série de profissionais não tem apenas a intenção de preencher as vagas do mercado, mas sim criar um expressivo número de profissionais para que a remuneração dos mesmos possa ser menos onerosa aos contratantes.

Os pontos levantados até aqui fazem parte dos temas variados que procuram desenhar e contextualizar o cenário de políticas públicas e a formação de profissionais da área. Percebe-se que são largamente debatidos afim de possibilitar um entendimento com relação as movimentações e influências políticas internas e externas que ditam os rumos da nossa educação e as prioridades que devem ser colocadas como objetivo central.

## **B) Currículo e Processos educacionais**

Neste eixo temático o debate gira em torno das políticas de acesso e permanência, os trabalhos de extensão universitária, a utilização dos métodos de ensino EAD, e a evasão escolar, bem como, o currículo trabalhado pelos profissionais na formação dos alunos.

A formação de professores e dos demais profissionais no ensino superior tem sido comprometida pela mercantilização desse setor. O diploma é uma mercadoria a ser vendida e o aluno um cliente. As diferentes formas de ensino superior e seus métodos de ensino são apontadas por Pereira (2010, p. 1) quando ele relaciona “a dificuldade de falar da universidade brasileira ao atual sistema de educação superior, pois as diversas formas e instituições em que o ensino ocorre, não levam necessariamente para uma formação universitária, mas para uma formação de nível superior, com certificações profissionais.”

A visão sobre o que é e a qual papel a universidade deve servir, se manifesta como um dos assuntos de maior interesse e posições diversas. Reflete a luta de classes, pois quando uma universidade procura formar seus alunos com enfoque técnico, essa formação é destinada a suprir as necessidades do capital, enquanto uma formação emancipadora é voltada aos saberes e necessidades do coletivo. Conforme elucida Pereira (2010, p. 2)

Esses posicionamentos que marcam diferenciações na forma de concebê-la e planejá-la, lhe têm solicitado funções díspares, que vão desde entendê-la como uma instituição essencialmente profissionalizante e técnica (como geralmente são vistas muitas das universidades americanas); como instituição fortemente tradicionalista (como é tida a francesa); intelectualista, (como se classificam as mais importantes universidades inglesas); cientificista, (como ainda é tomada a universidade alemã); funcionalista e a serviço do Estado (como são entendidas as universidades dos países socialistas - Leste Europeu, Rússia, China, Cuba).

Dessa forma a estrutura universitária, seus currículos e processos são alterados conforme os governantes acreditam ser necessário para um determinado momento histórico, afim de atender as necessidades e o que melhor convir aos interesses hegemônicos.

Outro assunto presente nos debates é a evasão escolar. Segundo Fritsch (2015, p. 1)

Os principais resultados mostraram que as taxas de evasão estão associadas principalmente a um conjunto de cinco variáveis: a média de desempenho do aluno no grau parcial; média geral da turma ao final do semestre; o percentual de reprovação da turma ao final do semestre, associado também ao grau de dificuldade da disciplina; a quantidade de alunos por turma e a média de créditos concluídos.

São fatores explorados em diferentes estudos que visam jogar uma luz sobre o problema da evasão escolar e dos cursos universitários. Ainda segundo Fritsch (2015) devido as novas metas de expansão do ensino superior com destaque para o número de matrículas, seria preciso aumentar cerca de 7% ao ano no número total para que os objetivos fossem alcançados, com isso estimulou-se uma

competição entre as instituições de ensino afim de angariarem alunos para seus programas.

### **C) Avaliação e Regulação da Educação Superior**

Os trabalhos pertencentes a este eixo procuram abordar a problemática da avaliação de maneira geral, seja institucional, de alunos ou mesmo dos trabalhos acadêmicos. A avaliação é apresentada pelas agências reguladoras e órgãos internacionais como métodos para melhorar o desempenho e a suposta qualidade do ensino.

Porém esse método de avaliação, principalmente na questão quantitativa trabalhada em larga escala, tem frustrado o corpo de pesquisadores de maneira latente. De acordo com Deveschi e Dias "quando os professores são requeridos a atender aos critérios exigidos para alcançarem o conceito de excelência nos programas e, assim, se manterem credenciados" denotam expressiva insatisfação (p. 1, 2017).

Além das pesquisas e publicações, os docentes ainda precisam arcar com organização de palestras, orientações, reuniões de grupo, etc. Isso gera uma sobrecarga pois para cumprir as exigências dos prazos, o trabalho tende a ser precarizado.

Ainda acompanhando o pensamento de Deveschi e Dias (2017) o problema se agrava ao considerar que as diversas avaliações têm se dado de maneira puramente quantitativa, o que é estranho principalmente para a área da educação que costuma trabalhar com significativo número de dados qualitativos.

[...] o dado quantitativo por si só não garante a qualidade, apenas o controle e o engessamento da política dos programas com poder de delimitar os temas de pesquisa, número de publicações, a classificação das revistas, etc. (...) E isso tem gerado uma atormentada corrida atrás de publicações, que muitas vezes recai em práticas superficiais e levianas, como a reprodução da mesma ideia em vários textos, gerando, por vezes, o próprio plágio, a publicação de trabalhos sem base crítica ou científica, etc. (DEVECHI E DIAS p. 2, 2017)

Os acadêmicos com significativo número de participação em eventos e periódicos se destacam e o capital intelectual da produção fica em evidência. No entanto o conteúdo em si não é completamente avaliado pela CAPES. Utilizando-se de critérios quantitativos uma expressiva fatia da produção científica, que levou meses ou até anos para se concretizar, tem o mesmo peso de outra realizada em um período muito menor e possivelmente com técnicas que facilitam a produção alienada.

Com o processo de mundialização da economia, a educação sendo considerada um serviço passível de venda, não mais como um direito, a regulamentação da mesma se manifesta como um ato fundamental para que esse comércio prospere oportunizando altos ganhos aos financiadores.

Afim de estabelecer de forma concreta esse mercado, o processo de validação da qualidade do ensino possui um espaço de evidência, tanto na Europa com o Processo de Bolonha quanto no Mercosul com o SEM (Setor da Educação do Mercosul), o objetivo em comum era realizar um acompanhamento e classificar quais instituições apresentavam os melhores desempenhos na educação superior (SOUZA, 2015).

Trabalhos com abordagem do contexto histórico e dos rumos que estão sendo desenhados no atual momento da educação superior, tanto no contexto nacional como no supranacional, tendo por base as avaliações e determinadas medidas de qualidade, que devem ser atingidas afim de manter as instituições ativas no mercado por meio das instituições internacionais.

### **D) Educação Superior e Internacionalização**

Trabalhos alocados dentro deste eixo apresentam elementos que fomentam o debate em torno da internacionalização da Educação Superior. A partir de uma análise dos trabalhos publicados que abordam esta temática, uma das questões mais problematizadas diz respeito ao modo como o sistema econômico, ou mais precisamente a mundialização do capital, vem instituindo e fomentando políticas públicas e regulamentações afim de tornar o produto final da educação superior um bem de troca em escala global. De acordo com Maués (2013, p. 1)

Nessa compreensão, a ciência e a tecnologia, produzidas na sua maioria nas academias, passaram a representar um trunfo para quem as detém, possibilitando não apenas a capacidade de ampliação das receitas, como também o domínio e monopólio dos recursos que possam a ser convertidos em produtos que representem o lucro.

A internacionalização serve, portanto, aos interesses do capital global, objetivando facilitar a extradição do conhecimento produzido no ambiente acadêmico nacional e colocando o mesmo à disposição dos investidores internacionais.

Ainda segundo Maués (2013) a educação superior tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento econômico mundial. Com incentivo dos organismos internacionais o conhecimento acadêmico tem sofrido uma reestruturação silenciosa, a qual tem por objetivo alinhar trabalhos e pesquisas às demandas do mercado.

Esse processo de construção de um ambiente dependente da internacionalização vem sendo projetado no Brasil desde a década de 60, no governo militar, para viabilizar a exploração do produto intelectual dos pesquisadores. Segundo Oliveira e Franco (p. 15, 2012)

[...] é possível inferir que a expansão da Pós-Graduação ocorreu, no bojo de um modelo de desenvolvimento do país – pautado na ótica do projeto desenvolvimentista dos governos militares – que teve como uma de suas principais metas o alargamento de sua perspectiva de inserção internacional.

Esse método de gerenciar a pesquisa acadêmica tem o apoio de regulamentações internacionais as quais costumam agir direcionando as normativas dos órgãos reguladores nacionais sendo que “a avaliação da Pós-Graduação e a sua constituição em um sistema de avaliação acompanham, de perto, a consolidação da avaliação (regulação) em âmbito internacional[...]” (*idem*).

Essas regulamentações envolvendo principalmente as formas de avaliação em larga escala afim de atribuir um caráter gerencialista ao estado vinculando-as ao sistema de educação, tiveram como marco inicial o ano de 1995, como pontua Maués (2013, p. 3)

Em 1995, a Organização Mundial do Comércio estabelece e passa a regular os serviços educacionais e propriedade intelectual. É um momento que de fato se começa a Era de mercantilização, do empresariamento e da internacionalização da educação. Há, pois uma mudança, na medida em que a educação deixa de ser um direito e passa a ser um serviço e como tal segue as regras do mercado no tocando à compra e venda de “mercadoria”.

Ao definir a educação não mais como um direito, mas sim como um serviço a OMC dá início ao processo pleno de mercantilização e exploração dessa nova “commodity”. Como a estrutura objetivada pelo capital não pode ficar apenas no papel, ações são tomadas afim de incentivar a adoção dos novos conceitos de práticas gestoras do modelo de ensino e pesquisa. Um do exemplo marcantes dessas ações se manifesta no modelo dos *rankings* internacionais.

## **E) Educação Superior e Produção do Conhecimento**

Neste eixo temático a abordagem é para as diferentes formas de produção do conhecimento, posicionamentos epistemológicos, as influências da avaliação na produção científica, bem como, análises de determinadas produções veiculadas na mídia.

Os métodos e políticas de incentivo à produção científica vem sendo debatidos e apontados como um dos desafios a serem estudados e enfrentados pelos pesquisadores, principalmente no campo da educação.

Com a utilização de sistemas de rankings e pontuações, focando apenas o lado quantitativo da produção, deixando de lado o qualitativo desses projetos, isso é apontado como o motor que leva a diversos problemas no meio acadêmico. O que já foi empreendido nesse sentido é que produzir conteúdo científico não é o que causa esse mal-estar acadêmico, mas sim as ferramentas implementadas pelo Estado e órgãos internacionais e seus métodos. Para Meguins (2015, p. 1)

É a regulação de tais ações, exercidas por agências externas que controlam ritmo e quantidade de produção a ser atingidas, que pode ser responsável pela pressão experimentada e na ansiedade gerada para alcançar os índices estabelecidos. Situação sustentada pelo com forte apelo ao narcisismo acadêmico para camuflar a intensificação e precarização do trabalho docente, mas não suficiente para negar sua existência real.

Com a pressão gerada pelo constante sistema de pontuação que deve ser atualizado e incrementado o mais rápido possível, o profissional acaba muitas vezes por priorizar trabalhos mais rasos e pouco problematizados afim de conseguir publicar um maior quantitativo de documentos. Estimulando ainda mais diversas práticas lesivas ao ambiente acadêmico, o pesquisador passa a cometer pequenas trapaças durante sua atuação com o intento de acumular pontos e não ficar para trás de seus colegas.

Os trabalhos selecionados para análise, deste eixo, discutem a produção do conhecimento, não apenas acadêmico, mas também aquele realizado pelos meios de comunicação afim de moldarem a opinião pública. É discutido em larga escala as consequências e os resultados do estímulo a produção científica com base apenas no quantitativo, enquanto a qualidade dos trabalhos é deixada de lado. Também se faz presente a discussão sobre o real significado e importância da universidade e da pesquisa que é realizada em ambiente acadêmico considerando nosso atual momento histórico.

## **F) Financiamento da Educação Superior**

Neste eixo estão alocados os trabalhos que apresentam abordagens diversas em relação ao tema financiamento da educação superior. É tema recente e atual, principalmente pelo fato de nos últimos anos ter ocorrido a expansão exponencial dos recursos financeiros, atingindo prioritariamente o setor privado que se aproveitam da nova onda de mercantilização desse setor. Como afirma Carvalho (p. 1, 2012) esse cenário acaba por colaborar com o “crescimento das IES lucrativas e a adoção de diversas estratégias de mercado na direção da financeirização, oligopolização e internacionalização.”

O crescimento das IES privadas teve origem na reforma universitária de 1968, sendo essa implementada através do regime militar e seu programa desenvolvimentista. Até então as universidades públicas e privadas ocupavam um espaço similar no cenário nacional. Uma das expressivas vantagens que estimulou o crescimento do setor privado ocorreu pelo fato do segmento privado se aproveitar da isenção fiscal concedida a todas as organizações educacionais que se declaravam sem fins lucrativos. Portanto, ficaram isentas de pagar tributos ao Estado, oportunizando maior crescimento do setor e consolidação de instituições de ensino superior privado. Isso levou ao processo de acúmulo de capital e uma significativa fonte de lucro para os investidores. Para Carvalho (2012) algumas alterações ocorrem com a regulamentação, em 1996, com a LDB.

A transformação do setor educacional em objeto de interesse do grande capital é uma das consequências da globalização, em especial, nos países asiáticos e nos países desenvolvidos de origem anglo-saxônica, sobretudo, nos Estados Unidos. (CARVALHO 2012, p. 3)

No estudo de Santana e Cerdeira (2015) ao tratar da relação entre o público e o privado realiza um comparativo entre a situação de Portugal e Brasil, os autores apontam que Portugal conseguiu um aumento muito significativo com relação a qualificação de sua população, o acesso ao nível superior passou a ser facilitado por diferentes mecanismos.

Esses são alguns dos principais pontos que norteiam as discussões dentro deste eixo temático. Vale salientar que acompanhar como tem se dado a distribuição das verbas públicas para a educação é uma ferramenta para entendermos os rumos que o governo pretende dar ao ensino superior nesse novo contexto, bem como, para organizarmos nossas bases afim de nos posicionarmos diante desse cenário que envolve a internacionalização como um dos seus principais objetivos.

## G) Políticas e Democratização da Educação Superior

O conteúdo dos trabalhos classificados neste eixo temático faz referência à democratização do Ensino Superior, alinhados ao debate da expansão das IES e o modelo de financiamento como a questão central, pois ocorreu de modo a privilegiar o ensino privado, ao destinar parte dos recursos por intermédio de bolsas de estudo a fim de facilitar o ingresso de estudantes na rede de ensino superior privada.

Enquanto o discurso do Estado é de atender às necessidades de seu povo ao possibilitar novas formas de ingresso ao ensino superior, na prática ficou completamente amarrado aos interesses do capital. Boa parte do investimento destinado ao ensino público foi reconduzido às instituições privadas, sendo que estas consideram o estudante um cliente e o diploma uma mercadoria negociada.

Em meio às diversas crises do capital das últimas décadas, o modelo de financiamento da educação privada ganhou força,

[...] no contexto histórico demarcado a partir da crise da década de 1970, o capital iniciou a construção de novas configurações, adotou “soluções” ortodoxas do neoliberalismo, combinando diversos fatores numa escala que envolveu desde o barateamento da mão-de-obra por meio da reestruturação dos processos de trabalho, a flexibilização do trabalho e da produção de mercadorias, até a monumental desregulamentação, de que as aberturas para o mercado externo, **as políticas de ajuste fiscal e as privatizações, incluindo as dos serviços públicos transferidos para a esfera da iniciativa privada**, foram as expressões mais visíveis. (MANCIBO p. 02, 2015)

Portanto, um movimento inerente e natural do capitalismo, deu origem ao aumento da exploração do setor forçando mudanças nas políticas públicas, sendo necessário o Estado se desincumbir da execução da educação e transferir mais recursos para a iniciativa privada, afim de aumentar a taxa de lucratividade. Os investimentos no país cresceram nesse setor, evidenciando educação de qualidade. As mudanças no modelo financeiro envolvendo a educação se estendeu pelo mundo todo. No Brasil não foi diferente. Mancibe pontua:

No Brasil, a educação superior não escapou dessa reordenação mais geral e para a compreensão dessa dinâmica, dois movimentos de acomodação desse nível de ensino merecem ser considerados[...]. Primeiramente, a expansão da educação superior ocorreu no mesmo diapasão e para o atendimento das mudanças contemporâneas ocorridas na produção e valoração do capital, a reestruturação produtiva, que teve seu início sistematizado, no Brasil, a partir da década de 1980. Em segundo lugar, a educação superior brasileira foi “atravessada” pela reforma gerencialista do Estado, posta em movimento em 1995, pelo então ministro Bresser Pereira (e em curso até os dias atuais) (MANCIBO p. 2, 2015)

Esse movimento por parte do Estado em priorizar o financiamento de IES privadas em detrimento as públicas, pode ser observado em dados numéricos que expressam o real impacto e a mudança de rumos adotada por parte do governo federal.

A partir da segunda metade da década de 1990 o país assistiu a um novo e expressivo surto de expansão da educação superior, notadamente pela via privada. Em 1995, havia no Brasil um total de 894 IES, e treze anos depois, em 2008, esse número já havia passado para 2.252 (INEP, 2009) revelando um crescimento de 151,9%. No mesmo período, o setor público cresceu 12,3%, passando de 210 para 236 instituições. No mesmo período, a expansão do setor privado foi bem mais acentuada (194,7%) passando de 684 para um total de 2.016 estabelecimentos. (SOUSA 2010, p. 4):

Apesar desse método de expansão do ensino superior ter sido idealizado no governo FHC, o governo Lula deu continuidade aos métodos de financiamento. Além de incentivar e dispendir recursos para a as instituições privadas, foram implementadas importantes políticas que favoreceram a expansão e a melhoria na qualidade do ensino público, principalmente em esfera federal, ainda assim, menos expressivos do que para a iniciativa privada.

Segundo Tavares (2013) enquanto a expansão do setor público se deu pelo REUNI e pela reestruturação das escolas públicas na nova proposta de IFs, o financiamento estudantil destinado a instituições privadas pelos programas como PROUNI e FIES continuaram com ascendência, dessa forma gerando uma contradição pois os programas originados do mesmo governo teriam que concorrer pelos mesmos recursos financeiros.

A pesquisa foi realizada levantando dados diretamente pelo site da ANPEd, consultando as publicações disponíveis referente a cada reunião nacional. Após a análise desses documentos e sendo constatada a expressiva quantidade de publicações, criamos eixos temáticos originários dos próprios trabalhos, possibilitando assim um agrupamento de pesquisas que trazem abordagens semelhantes, norteadas por uma temática em comum na construção de seus debates. O resultado dessa seleção pode ser verificado na tabela 1 que segue:

Tabela 1- Classificação por Eixo Temático

N.	Eixo Temático	2010 - 2015
1	Políticas de Educação Superior e Formação de Profissionais de Educação Superior	21
2	Currículo e Processos Educacionais	17
3	Avaliação e Regulação da Educação Superior	15
4	Educação Superior e Internacionalização	4
5	Educação Superior e Produção do Conhecimento	9
6	Financiamento da Educação Superior	11
7	Políticas e Democratização da Educação Superior	21

Fonte: autoria própria, a partir de dados do site da ANPED.

Com a intenção de averiguar se a formação dos autores e coautores condizia com o teor do material produzido, fizemos uma análise do conteúdo abordado nos trabalhos apresentados e do currículo Lattes de cada um dos pesquisadores. Com a pretensão de verificar se os autores e coautores estavam de alguma maneira utilizando a publicação para aumentar seu quantitativo de trabalhos, ou se realmente possuíam ligação com as linhas de pesquisa referente a educação superior.

Quadro 1 - Área de formação *Stricto sensu* dos autores

Áreas predominantes na formação	N. De Autores	% Correspondente
Educação	105	87%
Sociologia	1	1%
Historia	1	1%
Economia	1	1%
Serviço Social	1	1%
Psicologia	6	5%
Comunicação	1	1%
Direito	1	1%
Administração	1	1%
Não encontrados	3	2%
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>100%</b>

Fonte: o autor

Como fica evidenciado através da tabela demonstrativa, a grande maioria dos autores que publicaram no evento entre os anos de 2010 e 2015 são formados em pelo menos um curso pós-graduação *stricto sensu* diretamente ligado a área da Educação.

Não obstante, os demais pesquisadores apesar de estarem fora de suas áreas de conforto, publicaram trabalhos alinhados tanto com a temática GT Educação Superior, quanto com sua formação, demonstrando que não se faz mister possuir uma formação diretamente ligada a área da Educação para poder desenvolver trabalhos e pesquisas relevantes para a área.

Essa presença de pesquisadores oriundos de áreas diversas, se bem empregada, pode resultar em trabalhos que culminam em uma integração de grande valor para área da educação. Sobre a pesquisa na área da educação Santos Filho (1982, p. 98) afirma que "Considerando que a educação é um campo interdisciplinar de investigação, a melhor política de pesquisa seria aquela que favorecesse e incentivasse o trabalho multi e interdisciplinar."

É destacado, portanto que a Educação não existe sozinha, ela depende da interação de outras disciplinas, de outras áreas de conhecimento para existir como campo de pesquisa, pois a economia, histórias, ciências sociais, psicologia etc. estão todas ligadas a base da Educação e essa faz uso das demais áreas para criar seu arcabouço teórico argumentativo.

As demais áreas de conhecimento que contribuem com o campo da Educação vêm fornecendo dados em larga escala desde o entendimento da Educação Superior como campo específico da pesquisa. Em seu artigo Santos Filho (1994) comenta que os trabalhos de maior relevância e articulação são os realizados por especialistas de outras áreas que acabam tomando a educação como seu objeto de estudo e relacionando-a a sua área específica.

É importante perceber que Santos Filho fez tais afirmações em 1994. Muita coisa mudou e a pesquisa do Ensino Superior, de forma independente, tem se consolidado e tomado seu espaço dentro do campo acadêmico. Porém se faz mister entender que a pouco tempo atrás os diversos estudos relacionados a essa área vinham das bordas, ou seja, de outras áreas específicas que tinham na educação apenas um meio, e na sua área de especialidade seu ponto de partida e fim. Ainda conforme Santos Filho (1994, p. 7)

[...] o desenvolvimento histórico do ensino superior tem sido mais claramente traçado por historiadores acadêmicos dos departamentos tradicionais do que por especialista em ensino superior. A teoria organizacional e os modelos de governo têm sido transferidos da ciência da administração, da ciência política e da sociologia. Os instrumentos de planejamento e administração para uso institucional e no sistema universitário tem sido desenvolvido por economistas, estatísticos e contadores. O conhecimento dos estudantes provém das ciências sociais e do comportamento e os estudos sobre o corpo docente não são oriundos de pesquisas de doutorado na área de ensino superior.

Esse cenário pode ser explicado pela formação histórica da área de pesquisa. Os profissionais, pesquisadores e docentes, que formaram os primeiros programas *Stricto Sensus* em Educação Superior vieram de áreas diversas, afinal existia um número muito pouco expressivo de mestres e doutores formados na área da Educação Superior. Sobre essa mudança e amadurecimento epistemológico, Santos Filho (1991, p. 21) comenta que:

Esse circuito vem sendo revertido, produzindo-se uma profunda mudança na maneira de se tratar o objeto na pesquisa educacional. A preocupação com a problemática educacional, a formação do educador como pesquisador, a crescente interação do corpo docente com a realidade escolar e o desenvolvimento de áreas específicas, tais como Filosofia da Educação, Psicologia educacional, Administração escolar, Sociologia da Educação e especialmente Metodologia do ensino, favorecem a interservação do circuito, tomando-se a educação como ponto de partida e de chegada.

Dessa forma o que importa não é mais a educação do ponto de vista externo, mas sim, uma abordagem interdisciplinar, primando por resolver as problemáticas manifestadas pela estrutura educacional com ajuda das demais áreas. A questão emana da educação, é resolvida ou pelo menos analisada de um ponto de vista específico, e novamente retorna ao seu ponto de origem.

No momento que o pesquisador de uma determinada área externa põe seu trabalho, seu tempo, seu intelecto em prol de uma pesquisa que venha argumentar sobre Educação e seus fins, é importante que esse o faça observando tanto os problemas e questões macro quanto micro, afim de não transformar sua pesquisa em mais uma obra alienada que vem apoiar o método de exploração do conhecimento e

a avaliação excludente por exemplo.

Portanto deve-se antes de tudo entender da educação, da sua estrutura, seus objetivos para com a sociedade bem como com o sistema econômico vigente, afim de construir uma teoria sólida e alinhada aos princípios de uma educação emancipadora. Caso o pesquisador não se preocupe com esses detalhes, corre o risco segundo Gamboa (1997, p. 14) de ficar “preso aos casuísmos e às explicações ad hoc, sem a possibilidade de ultrapassar as fronteiras do senso comum, e limitando suas pretensões heurísticas.”

O que encontramos nesse sentido, ao analisar os trabalhos apresentados e seus autores, foram justamente pesquisas alinhadas tanto com os interesses dos próprios pesquisadores expostos em seus currículos, quanto aos grupos de pesquisas que fazem parte, desenvolvendo desta forma conteúdos pertinentes a área da educação superior, mesmo que abordando a questão com olhares específicos de áreas distintas.

## Referências

MAUÉS, Olgaíses Cabral. SOUZA, Michele Borges de. **A Expansão da Educação Superior no Brasil e as Políticas de Professores.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 36, 2013, Florianópolis. Disponível em: <[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt11\\_trabalhos\\_pdfs/gt11\\_2731\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt11_trabalhos_pdfs/gt11_2731_texto.pdf)> Acesso em: 24/09/2017

HOSTINS, Regina Celia Linhares. **Estudos sobre Políticas Públicas em Educação na Pós-Graduação Brasileira:** principais teorias e teóricos discutidos nos programas de excelência Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 34, 2011, Natal. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT11/GT11-689%20int.pdf>> Acesso em: 23/10/2017

WAISMANN, Moisés; CORSETTI, Berenice. **O Banco Mundial e as Políticas Públicas para o Ensino Superior no Brasil:** um estudo a partir de trajetória dos docentes, da relação dos concluintes e da remuneração dos trabalhadores com ensino superior (1995/2010). Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 36, 2013, Goiânia. Disponível em: <[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt11\\_trabalhos\\_pdfs/gt11\\_2742\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt11_trabalhos_pdfs/gt11_2742_texto.pdf)> Acesso em: 24/09/2017

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. **Currículo Universitário:** o que pensam os docentes?. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 33, 2010, Caxambu. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6936--Int.pdf>> Acesso em: 23/10/2017

FRITSCH, Rosângela **A Problemática da Evasão em Cursos de Graduação em uma Universidade Privada** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 37, 2015, Florianópolis. Disponível em:

<<http://37reuniao.anped.org.br/wpcontent/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-3986.pdf>> Acesso em: 23/10/2017

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; DIAS, Evandro Dotto. **Avaliação da avaliação da pós-graduação em educação do Brasil:** Quanta verdade é suportável? Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 35, 2012, Porto de Galinhas. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11-1278\\_int.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11-1278_int.pdf)> Acesso em: 23/10/2017

SOUZA, Mariann Pereira de. **Educação Superior no MERCOSUL:** Acreditação de cursos e a garantia da qualidade supranacional. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 37, 2015, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/poster-gt11-4103.pdf>> Acesso em: 23/10/2017

OLIVEIRA, Marilze Rubin. FRANCO, M. E. D. P. Gladys Beatriz. **Do internacional ao local: Desafios da Pós-Graduação no Brasil** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 35, 2012, Porto de Galinhas. Disponível em: <[http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT11%20Trabalhos/GT11-2197\\_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT11%20Trabalhos/GT11-2197_int.pdf)> Acesso em: 24/09/2017

MEGUINS, R. d. C. **O Apelo Ideológico ao Fetichismo Acadêmico:** A moeda de troca das políticas neoliberais para a educação superior. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 37, 2015, Florianópolis. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4514.pdf>> Acesso em: 23/10/2017

CARVALHO, C. H. de. **A Mercantilização da Educação Superior Brasileira e as Estratégias de Mercado das IES Lucrativas.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 35, 2012, Porto de Galinhas. Disponível em: <[http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT11%20Trabalhos/GT11-2301\\_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT11%20Trabalhos/GT11-2301_int.pdf)> Acesso em: 23/10/2017

SANTANA, J. C.; CERDEIRA, M. L. M. **Entre o Público e o Privado: os caminhos do ensino superior no Brasil e em Portugal** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 37, 2015, Florianópolis. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4394.pdf>> Acesso em: 23/10/2017

MANCEBO, Deise. **Educação Superior no Brasil:** Expansão e tendências (1995-2014). Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 37, 2015, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt11-3726.pdf>> Acesso em: 24/09/2017

SOUSA, Jose Vieira de. **Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008): Redução do poder indutor da expansão via setor privado?** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 33, 2010, Caxambu. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6552--Int.pdf>> Acesso em: 24/09/2017

TAVARES, Moacir Gubert. **Expansão do Ensino Superior no Brasil: A contribuição dos Institutos Federais.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 36, 2013, Goiânia. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11\\_2708\\_texto.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11_2708_texto.pdf)> Acesso em: 24/09/2017

SANTOS FILHO, J. C. dos. **Núcleos-temáticos de pesquisa educacional na Faculdade de Educação da Unicamp.** Fórum Educacional, 6(4), 91-102, 1982. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/viewFile/60651/58892>> Acessado em: 15 set, 2017.

GAMBOA, S. S. (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997